



LUIZ PEDRO DRAGO: PARA ALÉM DA ATUAÇÃO DOCENTE

*Flávia dos Santos Soares¹
Renata dos Santos Soares²*

Introdução

Nas discussões realizadas no grupo de pesquisa *História da Profissão Docente*, liderado pela professora Ana Waleska, que vem debatendo a atuação dos professores secundários do Colégio Pedro II, uma preocupação que se destaca desde o início das pesquisas são as poucas informações sobre essas figuras e suas ações. Um exemplo disso pode ser percebido a partir de uma edição do *Anuário do Colégio Pedro II* (BRASIL, 1954) que apresenta a lista dos professores catedráticos e efetivos referente ao período de 1838 a 1950. Pesquisas em outras fontes como Relatórios Ministeriais do Império, artigos de jornais, além da própria documentação presente nos arquivos do Colégio Pedro II, nos levam a identificar nomes de outros professores (substitutos ou interinos) que exerceram o magistério no Colégio, mas que são pouco mencionados, ou estão ausentes na bibliografia sobre a instituição. Vale ressaltar que, mesmo entre os que possuem seus nomes registrados, poucos são os dados disponíveis. O resgate dessas informações é imperativo já que, em razão do papel científico e político do Colégio Pedro II na estruturação do Estado imperial, entender a trajetória e atuação dos professores, dentro e fora de seus muros, é também entender a relevância e alcance desta instituição na sociedade.

Constata-se que muitos docentes tiveram uma atuação que ultrapassou as fronteiras do Colégio Pedro II e suas atividades no magistério, avançando para um envolvimento em diversas questões da cidade e do País. Os docentes do Colégio Pedro II contavam com certo prestígio social, tendo a chance de se colocar em evidência em uma “pluralidade de lugares de inserção social de suas atividades, como: políticos [...]; membros do Conselho Superior de Instrução pública; promotores, delegados, juizes, e ainda cargos ou funções em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e religiosos” (GASPARELLO E VILLELA,

¹ Doutora em Educação (PUC-Rio), Professora da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. E-Mail: <flaviadss@id.uff.br>.

² Doutora em Educação (PUC-Rio), Professora da Faculdade São Judas Tadeu. E-Mail: <rsoares73@yahoo.com.br>.



2009, p.52) além de se envolverem na autoria de livros didáticos e matérias para a imprensa. Entretanto, da mesma forma que as informações biográficas sobre os professores são poucas, igualmente raras são as notícias a respeito de suas atividades sociais e sua vida política.

O objetivo deste artigo é elucidar essa faceta dos professores, destacando sua participação nas discussões sobre uma questão nacional: a abolição da escravatura. Notadamente, iremos destacar o envolvimento do professor de Matemática do Colégio Pedro II, Luiz Pedro Drago, na compra da pena de ouro entregue a Princesa Isabel por ocasião da assinatura da Lei Áurea, em 1888.

Moraes (2013) salienta que o caso é pouco estudado na historiografia que trata da Abolição. Uma das hipóteses para essa ausência é o privilégio dado pelos historiadores à participação de parlamentares, do governo e dos abolicionistas, e entre estes últimos, apenas aos que tiveram uma atuação mais significativa no movimento, como José do Patrocínio, André Rebouças e Joaquim Nabuco. A participação de outros setores sociais envolvidos ou interessados na questão da abolição parece ter ficado de fora dos relatos mais tradicionais tendo seus nomes e suas ações “apagadas” da história.

Luiz Pedro Drago, o professor de Matemática

Como já dito, um dos obstáculos vivenciados na pesquisa tem sido a dificuldade na localização de informações a respeito dos professores do Colégio Pedro II. Uma das fontes em que conseguimos encontrar algumas informações básicas sobre Luiz Pedro Drago foi o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* publicado por Sacramento Blake. A fim de obter outras informações, procedemos a uma pesquisa na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, importante instituição depositária de acervo de periódicos. A partir da leitura de alguns jornais foi possível obter informações adicionais sobre Luiz Pedro Drago e acrescentar dados à sua biografia pouco conhecida, como a data de seu falecimento, sua filiação completa e as instituições nas quais lecionou.

Luiz Pedro Drago era filho do brigadeiro *Manoel Pedro Drago* e *Alexandrina Amália de Carvalho Drago* e nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 31 de agosto de 1844 (BLAKE, 1970).



Era Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Cavaleiro da *Ordem da Rosa*³ (idem, 1970). Como estudante, recebeu uma medalha de prata por ter se destacado nos exames no Colégio de S. Sebastião, dirigido por Eduardo de Sá Pereira de Castro⁴.

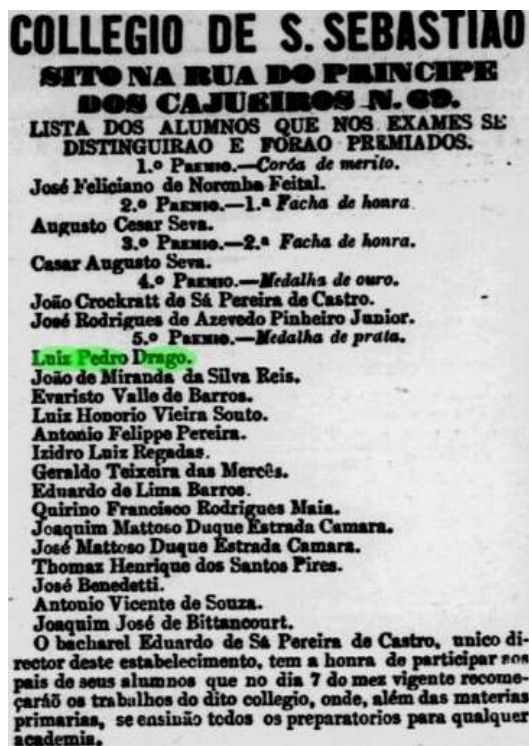


Figura 1 – Prêmio do Colégio de S. Sebastião

Luiz Pedro Drago casou-se com *Ludovina Portocarrero Drago* viúva em primeiras núpcias de Thomaz Velloso Tavares, Capitão honorário do Exército que tomou parte na campanha do Paraguai e foi funcionário da Alfândega do Rio de Janeiro (MESQUITA, 1992). Com o primeiro marido Ludovina teve quatro filhos, mas ela e Pedro Drago não tiveram outros herdeiros.

Drago foi professor do *Colégio Pinheiro*⁵ e participou da primeira iniciativa em prol da fundação de uma Escola Normal na Corte por meio de uma iniciativa particular juntamente com Conselheiro Manoel Francisco Correa e um grupo de professores (SOARES, 2013). A

³ A *Imperial Ordem da Rosa* é uma ordem honorífica brasileira. Foi criada em 27 de fevereiro de 1829 pelo Imperador D. Pedro I para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias. A Ordem premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade ao Imperador e por serviços prestados ao Estado.

⁴ Eduardo de Sá Pereira de Castro foi professor do Colégio Pedro II.

⁵ Informação do *Jornal Correio Mercantil e Instructivo Político Universal* em 1867. Há outros jornais que mencionam a mesma informação. O *Colégio Pinheiro* era um colégio particular do Rio de Janeiro dirigido por *José Rodrigues de Azevedo Pinheiro*.



escola foi fundada em 1874⁶, mas funcionou apenas por um ano. Luiz Pedro Drago foi também professor do *Instituto Commercial* e do curso noturno do *Lyceo de Artes de Officios da Sociedade Propagadora de Bellas Artes*⁷, instituição dirigida por Joaquim Bethencourt da Silva.

Luiz Pedro Drago prestou dois concursos para o Colégio Pedro II, dos quais se tem informações em Soares (2007). O primeiro concurso foi para a vaga de Repetidor do Internato do Colégio Pedro II, em julho de 1864. Conforme o Regulamento do Colégio, as provas orais e escritas eram elaboradas a partir de pontos do Programa de Ensino. No caso, o Programa em vigor foi o aprovado em 1862. Entre os candidatos estava *Antônio Carlos d'Oliveira*, que foi aprovado em primeiro lugar, enquanto Drago foi aprovado em quinto e último lugar. O que chamou atenção no concurso foi o fato de o candidato aprovado ter deixado em branco as provas escritas de Stereometria e de Trigonometria. A banca foi obrigada a fazer um parecer detalhado sobre o concurso, e declarou que o candidato, apesar das provas em branco, soube responder satisfatoriamente a prova oral das mesmas matérias, e, portanto foi aprovado⁸.

Em 1873 um novo concurso foi realizado para o “lugar de professor de Mathematica do Imperial Colégio de Pedro II” desta vez para o do Externato (SOARES, 2007). Foram novamente candidatos Luiz Pedro Drago e Antônio Carlos d'Oliveira Guimarães. Na inscrição do concurso cada um dos candidatos apresentou o requerimento de inscrição além de atestado de batismo, um atestado do pároco dando conta de que o candidato era da religião católica apostólica romana e de sua moralidade e costumes; e outro alegando que o candidato era livre de culpas de crime⁹.

Para este concurso foram sorteados os seguintes pontos: *números decimais*, para a prova de Aritmética; *extracção da raiz quadrada das quantidades algébricas* para a prova de álgebra; e *resolução dos triângulos obliquosangulos* para a prova de trigonometria. Na ata do concurso, assinada por Augusto Dias Carneiro e Ernesto Henrique Gomes Bandeira, lê-se¹⁰:

⁶ A nação, 11 de março de 1874.

⁷ Relatório Ministerial do Império, ano de 1872.

⁸ De acordo com Lemos (1999), em maio de 1864, Benjamin Constant, que já usufruía de um reconhecimento suficientemente consolidado, apresentou Antônio Carlos ao diretor do Internato para ser nomeado para o lugar de repetidor. Antônio Carlos d'Oliveira era concunhado e um dos mais próximos amigos de Benjamin Constant. Lecionou inglês no Imperial Instituto dos Meninos Cegos e fundou com Constant a primeira sociedade positivista do Brasil.

⁹ Os atestados apresentados por Luis Pedro Drago encontram-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ Documento do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



A comissão de exames em concurso para provimento da cadeira de Mathematica do Externato do Collegio de Pedro II tendo presentes as provas dadas pelos dois oppositores a mesma cadeira, julga em conformidade com o parecer dos Snres. Examinadores dever graduar o merecimento dos ditos oppositores, collocando em primeiro logar o Sr. Luiz Pedro Drago, e em segundo logar com inferioridade notável o Dr. Anttônio Carlos de Oliveira Guimarães, ambos habilitados para reger a referida cadeira.

Externato do Imperial Collegio de Pedro II em 1 de julho de 1873.

Drago foi nomeado em 23 de julho de 1873. Doria assinalou a “entrada do novo catedrático de Matemática, Dr. Luiz Pedro Drago, de tão famosa rispidez para com discentes” (DORIA, 1997, p. 116). Em outro momento, também se referiu à aparência de Drago, como de “velhice esguia [...], magro, alto, secarrão, nervoso, um tanto agitado, gritando sempre, metendo muito medo aos calouros” (DORIA, 1997, p. 163).

Entretanto, esses depoimentos, pouco lisonjeiros, pareciam destoar da dedicação atestada por Drago em um episódio ocorrido em 1883 em que foi repreendido e acusado de dar lições depois do dia determinado para o encerramento das aulas. O recado foi enviado ao *Inspetor Geral da Instrução Pública* pelo Ministro do Império e o fato criticado pelo jornal *A nova política*, que questionou o controle excessivo que desejava o ministro das atividades dos professores:

A dependência em que o ministro quer que fiquem os lentes para poder prestar um real serviço a seus discípulos, é que parece cousa censurável, e que talvez dê em resultado ficarem os alumnos privados de muito bons auxílios que assim cheio de bôa vontade os seus lentes lhes prestariam, querendo. Mas, agora sendo mister um requerimento, naturalmente sellado, com informações do reitor, do inspector geral, do secretario da secretaria do império, etc. etc., decerto cessará a bôa vontade do mais dedicado professor. O sr. Ministro avise menos, porém mais reflectidamente (1883, p.3).

Com mais de 30 anos de magistério no Colégio Pedro II, Drago foi jubilado por sua solicitação em 1904, após passar por vários períodos de licença médica. Luiz Pedro Drago faleceu em 5 de junho de 1908¹¹. Deixou a esposa como herdeira dos montepios a que tinha direito como lente do *Gymnasio Nacional* e do *Instituto Commercial*. Ludovina *Portocarrero Drago* faleceu em janeiro de 1921.

A única imagem disponível é uma caricatura publicada no jornal *A Semana* em uma imagem com outros professores, por ocasião do centenário do Colégio Pedro II.

¹¹ Gazeta de Notícias, 06 de junho de 1908. No jornal *O século*, localizamos nota informando sobre a missa de sétimo dia, rezada na Igreja de S. Francisco de Paula e os nomes de amigos e parentes que compareceram a celebração. Há outros jornais que notificaram seu falecimento.



Figura 2 – Caricatura de Luiz Pedro Drago. *Revista da Semana*, 1937.

Drago foi autor do livro *Apostillas de Álgebra*¹² publicado no Rio de Janeiro pela Typografia de Pinheiro & C., em 1868. O autor declara no Prefácio suas intenções com a obra, fruto de seu trabalho como professor em que atesta também sua dedicação ao magistério:

Dedicando-me ao Magistério, e desejando também contribuir com algum trabalho, que facilite o ensino, resolvi publicar esses meus apontamentos, que devidamente denomino-os de APOSTILLAS DE ALGEBRA. São escriptas segundo o programma do Imperial Collegio de Pedro II, e relativamente ao que se estuda no terceiro anno. Não sou pretencioso de modo a suppôr que meu trabalho esteja perfeito, não; tenho consciência porém, de que empreguei os meios ao meu alcance para o conseguir, e por isso entregando-o a crítica judiciosa e imparcial dos Mestres receberei grato as observações (DRAGO, 1868, prefácio).

O livro é dividido em duas partes. A primeira com onze capítulos está organizada da seguinte forma:

¹² O exemplar consultado da obra encontra-se no NUDOM no Colégio Pedro II, Unidade Centro.



QUADRO 1 – SUMÁRIO APPOSTILAS DE ÁLGEBRA

Parte I	
CAPÍTULO I: <i>Princípios geraes</i> - Signaes algébricos; Divisão das expressões algébricas; Valor numérico de uma expressão algébrica	
CAPÍTULO II: <i>Gráo, classificação das expressões algébricas e termos semelhantes</i> - Idea Geral sobre as quantidades negativas; Reducção de termos semelhantes	
CAPÍTULO III: <i>Addicção e subtracção algébrica</i> - Addicção algébrica; Subtracção Algébrica	
CAPÍTULO IV: <i>Da multiplicação algébrica</i> - Multiplicação de monômios; Multiplicação de polynomios; Observações relativas a multiplicação	
CAPÍTULO V: <i>Da divisão algébrica</i> - Divisão de Monômios; Conseqüência da divisão de monômios; Divisão de polynomios; Observações relativas a divisão	
CAPÍTULO VI: <i>Potências e raízes</i> - Formação do quadrado de um monômio; Formação do quadrado de um polynomio; Extracção da raiz dos monômios; Extracção da raiz dos polynomios; Observações sobre a extracção da raiz;	
CAPÍTULO VII: <i>Operações sobre as fracções algébricas</i> - Addicção e Subtracção de fracções algébricas; Multiplicação e Divisão de fracções algébricas; Quadrado e raiz quadrada das fracções algébricas	
CAPÍTULO VIII: <i>Reducção e simplificação de fracções</i> – Reducção; Observações sobre a redução das fracções; Reducção do um inteiro a denominação de quebrado e do quadrado; Simplificação; Theoria dos Maximo commum divisor; Observações relativas ao máximo commum divisor	
CAPÍTULO IX: <i>Das equações</i> - Divisão das equações; Propriedades da equação; Solução de uma equação do primeiro grão a uma incógnita; Solução de um systema de duas equações a duas incógnitas; Solução de um systema de tres equações a tres incógnitas; Eliminação por substituição; Eliminação por comparação; Eliminação por coeficientes indeterminados	
CAPÍTULO X: <i>Das equações do segundo gráo</i> - Resolução de uma equação incompleta; Resolução de uma equação completa; Observações sobre as equações do segundo gráo	
CAPÍTULO XI: <i>Dos problemas</i> - Resolução dos problemas; Mostrar como a álgebra abrevia e generalisa os cálculos; Problema das fontes; Problema dos correios; Discussão dos problemas; Solução negativa	
Parte II	
CAPÍTULO XII: <i>Theoria das razões e proporções</i> - Das Razões; Da equidiferença; Da proporção	
CAPÍTULO XIII: <i>Theoria das progressões</i> - Noções sobre Progressões; Da progressão por diferença; Da progressão por quociente	
CAPÍTULO XIV: <i>Theoria dos logarithmos</i> - Noções geraes; Propriedades do logarithmos; Conseqüências; Taboa de logarithmos; Problemas relativos aos logarithmos; Complementos arithméticos	
CAPÍTULO XV: <i>Regra de tres, de juros, de desconto, de companhia e de anuidade</i> - Regra de três simples; Regra de três composta; Regra de juros simples; Regra de desconto; Regra de companhia; Regra de juro composto; Regra de anuidade	

Fonte: Drago (1868)

Uma nota de divulgação de obras da Livraria Clássica, de Nicolau Alves, publicada no jornal *O Apóstolo*, considerou o livro de Drago e a álgebra de Ottoni como “os melhores que temos e os adoptados no ensino desta parte das mathematicas”.



A comparação com a “álgebra” de Otoni é significativa. Cristiano Benedito Ottoni (1811–1896) publicou diversos livros de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria que foram utilizados no Colégio Pedro II e no ensino público e privado em todo o País no século XIX e se constitui como a primeira referência nacional da matemática escolar (VALENTE, 1999).

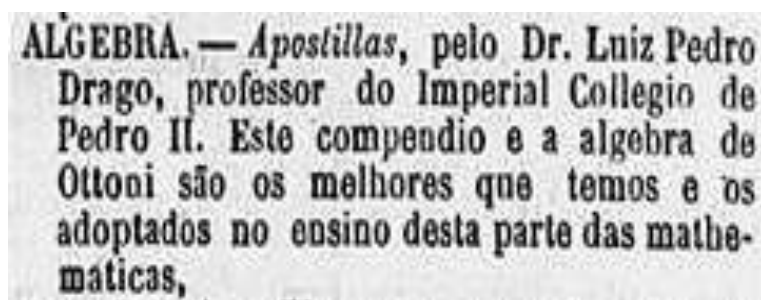


Figura 3 – Livros da Livraria Clássica. *O apóstolo*, 18 de junho de 1876.

O livro foi indicado para uso no Colégio como referência para matéria de Álgebra do 4º ano em 1877, para o 3º ano em 1878 e em 1882 (VECHIA; LORENZ, 1998).

Além das suas funções como professor catedrático do Colégio, Luiz Pedro Drago atuou com examinador de concursos para o magistério público dentro e fora do Pedro II, foi avaliador de obras didáticas para adoção nas escolas públicas, foi membro de mesas de Exames de Preparatórios e escreveu para jornais como a *Instrução Nacional*.

Luiz Pedro Drago e a causa abolicionista

A partir de 1870 podemos afirmar que o cenário nacional foi tomado por duas temáticas centrais, a defesa da República e da abolição da escravidão. Desta forma, é possível afirmar que a sociedade brasileira se debruçava avidamente na discussão dessas ideias e, podemos inferir, que os professores do Colégio Pedro II não estavam apartados deste debate público.

Segunda maior nação escravista do século XIX, atrás apenas dos Estados Unidos, o Brasil era palco de forças sociais e políticas contrárias e favoráveis à abolição da escravidão. As forças favoráveis estavam associadas, em sua maioria, a um projeto de modernização e industrialização do Estado que viam na persistência do modelo escravocrata a continuidade de um modelo arcaico de nação. Esse grupo é representado pela historiografia brasileira por figuras emblemáticas como Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e José do Patrocínio e Castro Alves. No entanto, a abolição da escravidão no Brasil não envolveu apenas literatos, políticos,



jornalistas e a família imperial, mas também, “envolveu pessoas de diferentes setores sociais que pensaram a Abolição e seu desfecho e quiseram dele participar” (MORAES, 2013, p.51).

Menezes (2009) situa a forte participação desses atores sociais no que identifica como a terceira fase do movimento abolicionista, representado pela participação popular e que seguiu a primeira e a segunda fase, respectivamente as fases de pressão internacional e a repressão ao tráfico. A autora caracteriza a participação popular:

Nesta terceira fase, em que se caracteriza o movimento popular pela Abolição, são adotadas três vias: a) a via parlamentar, legal; b) a Campanha Popular, propriamente dita, através da edição de jornais, da criação de Sociedades Abolicionistas, revivendo uma, congregando outras, da agitação através da promoção de Encontros, Conferências Públicas, Congressos, eventos, Quermesses, não só com a finalidade de manter vivo o debate sobre a Abolição como para angariar fundos e realizar libertações de escravos; e c) a ação direta, através do incentivo à fuga dos escravos e mesmo, a libertação de bairros inteiros, cidades inteiras, províncias inteiras, tanto por alforria paga, como gratuita (p.9)

Nessa fase, desenvolve-se de forma mais ampla a mobilização social muitas vezes apoiada ou alavancada por setores da imprensa, associações e intelectuais. No caso do Colégio Pedro II embora a instituição não tenha se manifestado em relação ao tema, alguns de seus professores mostraram sua opinião a respeito do assunto, envolvendo-se em maior ou menor grau na temática, como é o caso do professor Luiz Pedro Drago.

O projeto de lei que propôs a abolição da escravidão foi apresentado à Câmara dos Deputados em 8 de maio de 1888 pelo Deputado e Ministro Rodrigo Silva. A imprensa, que acompanhou todo o processo, por meio das páginas do *Diário de Notícias* convocou a população a comparecer à Câmara para saudar os deputados e os membros do ministério (MORAES, 2013).

No dia 10 de maio, o jornal *O Paiz* recebeu o pedido de apoio à subscrição iniciada por Luiz Pedro Drago, professor de Matemática Colégio Pedro II, para a compra da pena de ouro que seria ofertada à princesa para a assinatura da lei da Abolição. Outros jornais aderiram à campanha remetendo listas de assinaturas e os montantes arrecadados ao *O Paiz*. Foram no total quase 3 mil assinaturas, cada uma doando 500 réis em apenas aproximadamente cinco dias.

Foram homens e mulheres, letrados e analfabetos, com posses ou humildes, cerca de 3 mil pessoas que contribuíram com uma quantia para comprar a pena de ouro e não queriam ser meros espectadores do ritual da assinatura. A subscrição para arrecadar fundos para a compra da pena mostrava o quanto a Abolição era plural e diversa e contemplava aspirações e sonhos que ultrapassavam em muito a simples liberdade do escravo (MORAES, 2013, p.51).



Para Moraes (2013) essa iniciativa resultou da forma curta e simples do projeto que foi apresentado na Câmara e também da intenção do governo em solucionar o problema pela via parlamentar.

Na manhã de domingo, 13 de maio, ocorreu no Senado a última discussão do projeto. A essa altura, *O Paiz* já havia recebido a contribuição de várias pessoas da Corte e de seus arredores. Assim, tanto a comissão da imprensa para a promoção dos festejos como a iniciativa de Pedro Drago para a compra da pena de ouro foram “medidas para a inclusão e participação de sujeitos que estavam fora dos debates parlamentares, os únicos que poderiam dar fim à escravidão de séculos” (p.60).

A pena doada não era, portanto, apenas um instrumento de assinatura. Ela representava os sonhos e aspirações de sujeitos diversos, assumindo para os participantes da subscrição inúmeros significados: a igualdade, a glória, a liberdade da pátria, a redenção e o fim do cativeiro. Ou seja, se a lei para o Império era vantajosa, para os que viveram aquele momento e participaram de tal processo representava o início de uma nova etapa em sua vida pessoal e na do país (MORAES, 2013, p.60).

Sobre o desfecho da subscrição e o ritual de doação da pena à Princesa, Moraes (2013) apresenta duas interpretações para a posição da imprensa no caso:

uma publicada pelos jornais que não tomaram parte na iniciativa para a compra da pena e, por isso, não incluíram com ênfase a entrega desse objeto à princesa; outra publicada pelo jornal *O Paiz* que, além de destacar a pena, publicou o discurso de Luiz Pedro Drago na ocasião da entrega do objeto (p.61).

Assim, por um lado, os leitores da Gazeta ou do Diário de Notícias não souberam da iniciativa de Luiz Pedro Drago nem da forma como foi arrecadado o dinheiro para a compra da pena. Já o jornal *O Paiz*, além dos detalhes, descreveu também o discurso de Luiz Drago após a assinatura da lei. *O Paiz*, ressalta Moraes (2013), privilegiava a iniciativa da compra da pena enquanto outros divulgavam as festas e suas repercussões



Figura 4 – Edição do jornal *O Paiz* noticiando a Subscrição realizada por Drago (*O Paiz*, 14 de maio de 1888)

O Paiz expôs a pena a partir do dia 20 de maio redação do jornal na Rua do Ouvidor também como uma forma de prestar contas para aqueles que colaboraram para a sua compra. Além disso, foram levantados fundos para a compra de um cofre de ferro no qual a pena ficou guardada após os festejos.

Moraes (2013) destaca que, desde a compra da pena até a realização dos festejos gratuitos na Corte, as comemorações tiveram diferentes sentidos e propósitos para diferentes sujeitos. Uma forma de olhar considera a mobilização coletiva e mais duradoura que envolveu diferentes setores da sociedade do Império a fim de participar do fim da escravidão que se concretizou com a compra pena por meio de listas diversas organizadas a partir da mobilização de diversas categorias de trabalhadores e também de Quilombos. A segunda foi vista nos relatos dos jornais que compunham a comissão da imprensa para os festejos.

A ideia de ‘festejo oficial’, assumida pela comissão, era uma tentativa de difundir uma mensagem homogênea e clara à população. E para isso, a comissão não deu voz aos que escreveram sobre a Abolição e doaram dinheiro, nem deu notícias da participação de diferentes sujeitos no ritual da assinatura. O silêncio que alguns jornais dedicaram às muitas vezes que faziam parte da subscrição expressava a tentativa de controlar o sentido da celebração.



Dias depois da assinatura da Lei Áurea, o *Jornal do Commercio* publicou uma nota sobre o recebimento da pena na Biblioteca Nacional.

Bibliotheca Nacional— Escreve-nos o Sr. Dr. João de Saldanha da Gama :

« Nesta data dirigi a S. Ex. o Sr. ministro do imperio o seguinte officio :

« Tenho grande satisfação em communicar a V. Ex. que tive hontem a honra de receber das mãos de S. A. Imperial Regente a rica e delicada penna de ouro com que a mesma Augusta Senhora sancionou a lei n. 3,353 de 13 de Maio, e que lhe foi offerecida por subscrição popular promovida pelo illustrado Sr. Dr. Luiz Pedro Drago.

« A Bibliotheca Nacional, Exm. senhor, curva-se reverente e agradecida perante S. A. Imperial a Regente pela alta prova de distincção e de confiança que se dignou de conceder-lhe, e orgulha-se, com justa razão, de guardar em seu seio o preciosissimo documento que ha de perpetuar a memoria do successo mais fecundo e glorioso da historia do Brazil independente. »

Figura 5 – Notícia do recebimento da pena pela Biblioteca Nacional

A participação do professor Drago nesse movimento de apoio público à abolição da escravatura, além de uma representação do papel de outras parcelas da população no processo abolicionista, levanta questões sobre o papel dos intelectuais na ação social e política, e mais especificamente sobre o perfil intelectual e político dos professores do Colégio Pedro II.

Alonso (2002) ao caracterizar os movimentos intelectuais da geração de 1870 aponta que boa parte dos intérpretes assume que o movimento foi formado por intelectuais voltados para a produção de conhecimentos e apartados do cerne do processo político. Entretanto, a autora destaca que a separação entre um campo político e outro intelectual estava ainda em processo, mesmo na Europa. Sendo assim, Alonso assinala para a impossibilidade de distinguir “intelectuais” de “políticos” e afirma que “no Brasil da segunda metade do século XIX não havia grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual” (p.30).

A existência de uma única carreira publica centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção (p.30)



Assim, ao refletir sobre a atuação de Luiz Pedro Drago o situamos como um intelectual do Império e percebemos como sendo indissociável sua produção intelectual e atuação acadêmica de seu envolvimento em questões políticas e sua reflexão sobre o Brasil.

É provável que, pela sua formação liberal, herdada de seu pai e consolidada ao longo dos anos no convívio direto com outros intelectuais influenciados pelos corolários de liberdade, igualdade e fraternidade de dos ideais positivistas, que provinham da França, através de escritores como Victor Hugo e George Sand, tenha participado das campanhas emancipadoras do escravo e, para isto tenha se utilizado do magistério como instrumento de trabalho e como agente transformador da sociedade, no sentido de possibilitar reformas de âmbito social como a abolição da escravidão (MILLAN¹³, 1988, p.162,163).

O entendimento da formação da intelectualidade brasileira associada a uma ação política e social eleva o papel do Colégio Pedro II, bem como outras associações científicas, a um foco de debate sobre questões nacionais, formação de ideias, e construção de bases filosóficas da jovem nação brasileira, ampliando as possibilidades de análise e de pesquisas científicas desta instituição educacional e social.



Referências

ARQUIVO Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentos diversos.

BRASIL. Relatórios ministeriais do Império. Ano 1872. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Anuário do Colégio Pedro II* – vol. XV, 1949-1950. Rio de Janeiro, 1954.

BLAKE, S. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883; Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 1 a 7.

DORIA, E. *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo: 1837-1937*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

DRAGO, L. P. *Apostillas de Álgebra*. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & C. 1868.

GASPARELLO, A. M.; VILLELA, H. O. S. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 21, p. 39-60, set./dez. 2009.

IMPERIAL Ordem da Rosa. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em:

¹³ A obra consultada pertence ao acervo do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no Rio de Janeiro.



<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Imperial_Ordem_da_Rosa&oldid=47559753>. Acesso em: 07 jan. 2017.

LEMOS, R. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1999.

MILLAN, C. S. *No centenário da abolição da escravidão: o resgate de Luiz Pedro Drago e a subscrição popular*. 327f. Monografia (Bacharel em Museologia) – Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009.

MESQUITA, J. *Genealogia Matogrossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992.

MORAES, R. F. Uma pena de ouro para a Abolição: a lei do 13 de maio e a participação popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 66, p. 49-69. 2013.

SOARES, F. S. O ensino de matemática na Escola Normal da Corte. (1876-1889). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 54, p. 128-143, dez. 2013.

VALENTE, W. R. *Uma História da Matemática Escolar no Brasil (1730-1930)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (Orgs). *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*. Curitiba/PR: Editora do Autor, 1998.

Periódicos

A NAÇÃO, 11 de março de 1874.

REVISTA da Semana, ano XXXVIII, n. 52, de 04 de dezembro de 1937.

CORREIO Mercantil e Instructivo Político Universal. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro em 1867.

GAZETA de Notícias. Rio de Janeiro, 06 de junho de 1908.

JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, 06 janeiro de 1859.

JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1876.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1888.